



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 150/XIII/ 4.ª SL

Aos 23 dias do mês de janeiro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Informações;*
 - 2. Apreciação e votação das atas n.ºs 147 e 148, de 9 e 15 de janeiro de 2019;*
 - 3. Discussão e votação do Parecer sobre o programa de trabalho da Comissão Europeia (PTCE) para 2019 - Autora: Deputada Jamila Madeira;*
 - 4. Discussão e votação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2017 - Autora: Deputada Joana Lima;*
 - 5. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar a audição da Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos, para prestar esclarecimentos sobre «a real situação dos serviços farmacêuticos não só do Hospital de São João, no Porto como, também, em todos os hospitais do Serviço Nacional de Saúde»;*
 - 6. Outros assuntos.*
- 10:30 Audição dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, a requerimento do PCP e PSD, para esclarecimentos sobre os problemas informáticos que estão a ocorrer no SNS.*

1. Informações

O Presidente recordou que a audição da Ministra da Saúde do próximo dia 6 de fevereiro, pelas 9h, terá por objeto os requerimentos, já aprovados em Comissão, do BE, sobre a PPP de Braga, do PSD, a propósito do Relatório do Tribunal de Contas, e do CDS-PP, sobre a renúncia do mandato do Conselho de Administração do Hospital S. João do Porto, havendo duas rondas para cada assunto.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 147 e 148, de 9 e 15 de janeiro de 2019;

As atas n.ºs 147 e 148, respetivamente de 9 e 15 de janeiro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 150/XIII/ 4.ª SL

3. Discussão e votação do Parecer sobre o programa de trabalho da Comissão Europeia (PTCE) para 2019 - Autora: Deputada Jamila Madeira

O Deputado António Sales solicitou o adiamento deste ponto da OD para a próxima reunião, o que foi aceite.

4. Discussão e votação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2017 - Autora: Deputada Joana Lima

A Deputada Joana Lima apresentou o parecer sobre a Conta Geral do Estado (CGE) de 2017, dando conta do contexto económico de 2017, referindo alguns dados estatísticos e medidas orientadoras constantes do Programa Operacional da Saúde 2017, focando a questão das parcerias público-privadas, descrevendo o parecer do Tribunal de Contas e destacando algumas das suas recomendações, bem como o parecer do Conselho Económico e Social (CES). Reservou a sua opinião para plenário e concluiu com o entendimento de que o parecer deverá ser remetido à COFMA, para os devidos efeitos.

A Deputada Isaura Pedro cumprimentou a Deputada Joana Lima pela objetividade deste exaustivo parecer, que votará favoravelmente. Sublinhou o aumento dos pagamentos em atraso verificados em 2017, que quase duplicaram nos últimos três anos.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou também pelo parecer factual e objetivo, que acompanhará.

A Deputada Isabel Galriça Neto saudou o trabalho minucioso e factual da Deputada, chamando todavia a atenção para os conteúdos relevantes sobre o endividamento e subfinanciamento assinalados pelo Tribunal de Contas e pelo CES.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou pelo parecer objetivo, factual e detalhado, que traduz os aspetos essenciais focados pelo Tribunal de Contas e pelo CES. O Tribunal de Contas aponta para o subfinanciamento, o acréscimo dos montantes com as PPP na saúde, mas também refere aspetos positivos, como a redução de utentes sem médico de família. Seria importante que o Governo integrasse as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas.

Os considerandos e conclusões do parecer foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 150/XIII/ 4.ª SL

5. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar a audição da Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos, para prestar esclarecimentos sobre «a real situação dos serviços farmacêuticos não só do Hospital de São João, no Porto como, também, em todos os hospitais do Serviço Nacional de Saúde»

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o [requerimento](#) que solicita a audição da Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos, acentuando que mais um grupo profissional suscita questões sobre a falta de recursos humanos. Tal prejudica a saúde pública e ameaça a segurança dos doentes, aumentando também o *stress* dos profissionais.

A Deputada Ana Oliveira anunciou que o PSD não se opõe ao requerimento, considerando que o problema é despoletado pelo Hospital de S. João, mas não se esgota aí e que mais uma vez se desmonta a realidade que o PS, bem como os partidos que o apoiam, descrevem.

A Deputada Joana Lima disse que também acompanha o requerimento, porque o PS se preocupa com a situação, que deverá ser esclarecida.

O Deputado Moisés Ferreira disse que o BE está preocupado, acompanhando as afirmações da Bastonária, pelo que votará favoravelmente o requerimento.

A Deputada Carla Cruz anunciou também acompanhar o requerimento, pois a falta de farmacêuticos é preocupante, desde há muito, não só no Hospital de S. João, mas em toda a região Norte, querendo saber que medidas serão tomadas.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV,

10:30 Audição dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, a requerimento do PCP e PSD, para esclarecimentos sobre os problemas informáticos que estão a ocorrer no SNS

O Presidente cumprimentou o Presidente do Conselho de Administração (CA) dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), Henrique Martins, que se fez acompanhar por Alfredo Ramalho, da Direção de Sistemas de Informação, Arlete Monteiro e Pedro Batista.

O Presidente do CA dos SPMS começou por agradecer a oportunidade dada por esta audição e fez uma [intervenção inicial](#), em *power point*, em que procedeu a um enquadramento da questão, referiu os indicadores de produção, caracterizou as indisponibilidades e constrangimentos nos cuidados de saúde primários, falou das



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 150/XIII/ 4.ª SL

iniciativas de mitigação, visando resolver os problemas existentes, e deu a sua visão, apresentando iniciativas de médio e longo prazo.

A Deputada Carla Cruz agradeceu a apresentação e as informações dadas, que considera já terem justificado esta audição. O Presidente do CA confirmou as dificuldades operacionais e a lentidão, que estiveram na base da apresentação do [requerimento do PCP](#), que solicita estas audições, perguntando o que tem sido feito para sensibilizar a tutela e instar a que as questões sejam resolvidas, o que pode ser feito quanto aos sistemas locais que não funcionam e também quanto à inter-operacionalidade entre os vários sistemas informáticos, que não existe.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro explicou que a razão do [requerimento do PSD](#) foram as queixas dos profissionais de saúde, perguntando, nomeadamente, porque é que estas aumentaram em outubro e novembro de 2018, se a estrutura dos SP é insuficiente e se tal foi reportado à tutela. Colocou questões sobre a proteção de dados e sobre se estão salvaguardados em caso de colapso do sistema, sobre o orçamento dos SPMS e os gastos em formação externa, com os eventos que realizam, as viagens e conferências e as instalações.

O Deputado João Marques agradeceu a apresentação esclarecedora, considerando que um dos eixos de atuação do Governo é melhorar os cuidados de saúde e que esta apresentação prova que está a ser feito trabalho sério nesse sentido. Perguntou se as falhas e a lentidão estão relacionadas com o parque tecnológico, com a necessidade de substituição de equipamento ou com o esforço de modernização, se fazem parte da migração para novos sistemas, e ainda que impacto prático tiveram as falhas na prescrição.

O Deputado Moisés Ferreira agradeceu a apresentação, dizendo que os sistemas informáticos são o pesadelo de muitos profissionais. Perguntou se, estando identificados os problemas, há orçamento nos SPMS para os resolver, se as ARS têm meios para resolver os problemas locais e qual o grau de execução da estratégia nacional da saúde.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu também o trabalho efetuado e o esforço contínuo que fica plasmado na apresentação. Foi importante não terem branqueado a situação, pois todos conhecem os problemas graves, que têm reflexo no apoio assistencial, embora reconheça a complexidade do que está em causa. Uma vez que



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 150/XIII/ 4.ª SL

os problemas das falhas e lentidão afetam os utentes e os profissionais, pergunta quando pensam que poderão ser ultrapassados e resolvidas estas questões.

O Presidente da Comissão deu a palavra a Henrique Martins para responder, tendo este referido que se está a meio de uma transformação digital na saúde, num período transitório e que mudar as coisas cria dificuldades, mas hoje já existem 7 milhões de pessoas que tiveram receitas sem papel. Os sistemas locais em algumas zonas têm problemas e vai ser preciso investir mais. Considera que se está a fazer em 2018/2019 o que deveria ter acontecido em 2008. A inter operabilidade está a funcionar, por exemplo o RON está ligado a 7 sistemas operacionais, mas há ainda muito a melhorar. O agravamento verificado em outubro e novembro prende-se com a pressão adicional a que foi sujeito o sistema, pois estava a ser introduzida a assinatura digital. Quanto à garantia de proteção dos dados, não pode garantir absolutamente que todos os dados de saúde estão seguros, pois não é responsável por todos os sistemas, aliás ninguém pode prometer que não vão existir problemas, que não haverá um ciber ataque, por exemplo. A resposta é apostar na ciber segurança e formação nessa área, para que todos estejam mais preparados e protegidos. Falou ainda da autonomia gestonária dos SPMS, da importância dos eventos realizados, do grau de execução da estratégia que foi definida e do que falta concretizar.

Os Deputados Cristóvão Simão Ribeiro, João Marques, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz agradeceram todas as informações disponibilizadas, bem como o Presidente, que referiu ter ficado mais descansado no final desta audição, embora a questão da ciber segurança tenha que continuar a merecer o acompanhamento e a atenção de todos.

A reunião foi encerrada às 12:40 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo o vídeo/gravação ser acedido neste [link](#).

Palácio de São Bento, 23 janeiro 2019.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 150/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Ana Oliveira
António Topa
Joana Lima

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luís Vales
Teresa Caeiro

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 150/XIII/ 4.ª SL

Aos 23 dias do mês de janeiro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Informações;*
 - 2. Apreciação e votação das atas n.ºs 147 e 148, de 9 e 15 de janeiro de 2019;*
 - 3. Discussão e votação do Parecer sobre o programa de trabalho da Comissão Europeia (PTCE) para 2019 - Autora: Deputada Jamila Madeira;*
 - 4. Discussão e votação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2017 - Autora: Deputada Joana Lima;*
 - 5. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar a audição da Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos, para prestar esclarecimentos sobre «a real situação dos serviços farmacêuticos não só do Hospital de São João, no Porto como, também, em todos os hospitais do Serviço Nacional de Saúde»;*
 - 6. Outros assuntos.*
- 10:30 Audição dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, a requerimento do PCP e PSD, para esclarecimentos sobre os problemas informáticos que estão a ocorrer no SNS.*

1. Informações

O Presidente recordou que a audição da Ministra da Saúde do próximo dia 6 de fevereiro, pelas 9h, terá por objeto os requerimentos, já aprovados em Comissão, do BE, sobre a PPP de Braga, do PSD, a propósito do Relatório do Tribunal de Contas, e do CDS-PP, sobre a renúncia do mandato do Conselho de Administração do Hospital S. João do Porto, havendo duas rondas para cada assunto.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 147 e 148, de 9 e 15 de janeiro de 2019;

As atas n.ºs 147 e 148, respetivamente de 9 e 15 de janeiro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 150/XIII/ 4.ª SL

3. Discussão e votação do Parecer sobre o programa de trabalho da Comissão Europeia (PTCE) para 2019 - Autora: Deputada Jamila Madeira

O Deputado António Sales solicitou o adiamento deste ponto da OD para a próxima reunião, o que foi aceite.

4. Discussão e votação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2017 - Autora: Deputada Joana Lima

A Deputada Joana Lima apresentou o parecer sobre a Conta Geral do Estado (CGE) de 2017, dando conta do contexto económico de 2017, referindo alguns dados estatísticos e medidas orientadoras constantes do Programa Operacional da Saúde 2017, focando a questão das parcerias público-privadas, descrevendo o parecer do Tribunal de Contas e destacando algumas das suas recomendações, bem como o parecer do Conselho Económico e Social (CES). Reservou a sua opinião para plenário e concluiu com o entendimento de que o parecer deverá ser remetido à COFMA, para os devidos efeitos.

A Deputada Isaura Pedro cumprimentou a Deputada Joana Lima pela objetividade deste exaustivo parecer, que votará favoravelmente. Sublinhou o aumento dos pagamentos em atraso verificados em 2017, que quase duplicaram nos últimos três anos.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou também pelo parecer factual e objetivo, que acompanhará.

A Deputada Isabel Galriça Neto saudou o trabalho minucioso e factual da Deputada, chamando todavia a atenção para os conteúdos relevantes sobre o endividamento e subfinanciamento assinalados pelo Tribunal de Contas e pelo CES.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou pelo parecer objetivo, factual e detalhado, que traduz os aspetos essenciais focados pelo Tribunal de Contas e pelo CES. O Tribunal de Contas aponta para o subfinanciamento, o acréscimo dos montantes com as PPP na saúde, mas também refere aspetos positivos, como a redução de utentes sem médico de família. Seria importante que o Governo integrasse as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas.

Os considerandos e conclusões do parecer foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 150/XIII/ 4.ª SL

5. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar a audição da Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos, para prestar esclarecimentos sobre «a real situação dos serviços farmacêuticos não só do Hospital de São João, no Porto como, também, em todos os hospitais do Serviço Nacional de Saúde»

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o [requerimento](#) que solicita a audição da Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos, acentuando que mais um grupo profissional suscita questões sobre a falta de recursos humanos. Tal prejudica a saúde pública e ameaça a segurança dos doentes, aumentando também o *stress* dos profissionais.

A Deputada Ana Oliveira anunciou que o PSD não se opõe ao requerimento, considerando que o problema é despoletado pelo Hospital de S. João, mas não se esgota aí e que mais uma vez se desmonta a realidade que o PS, bem como os partidos que o apoiam, descrevem.

A Deputada Joana Lima disse que também acompanha o requerimento, porque o PS se preocupa com a situação, que deverá ser esclarecida.

O Deputado Moisés Ferreira disse que o BE está preocupado, acompanhando as afirmações da Bastonária, pelo que votará favoravelmente o requerimento.

A Deputada Carla Cruz anunciou também acompanhar o requerimento, pois a falta de farmacêuticos é preocupante, desde há muito, não só no Hospital de S. João, mas em toda a região Norte, querendo saber que medidas serão tomadas.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV,

10:30 Audição dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, a requerimento do PCP e PSD, para esclarecimentos sobre os problemas informáticos que estão a ocorrer no SNS

O Presidente cumprimentou o Presidente do Conselho de Administração (CA) dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), Henrique Martins, que se fez acompanhar por Alfredo Ramalho, da Direção de Sistemas de Informação, Arlete Monteiro e Pedro Batista.

O Presidente do CA dos SPMS começou por agradecer a oportunidade dada por esta audição e fez uma [intervenção inicial](#), em *power point*, em que procedeu a um enquadramento da questão, referiu os indicadores de produção, caracterizou as indisponibilidades e constrangimentos nos cuidados de saúde primários, falou das



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 150/XIII/ 4.ª SL

iniciativas de mitigação, visando resolver os problemas existentes, e deu a sua visão, apresentando iniciativas de médio e longo prazo.

A Deputada Carla Cruz agradeceu a apresentação e as informações dadas, que considera já terem justificado esta audição. O Presidente do CA confirmou as dificuldades operacionais e a lentidão, que estiveram na base da apresentação do [requerimento do PCP](#), que solicita estas audições, perguntando o que tem sido feito para sensibilizar a tutela e instar a que as questões sejam resolvidas, o que pode ser feito quanto aos sistemas locais que não funcionam e também quanto à inter-operacionalidade entre os vários sistemas informáticos, que não existe.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro explicou que a razão do [requerimento do PSD](#) foram as queixas dos profissionais de saúde, perguntando, nomeadamente, porque é que estas aumentaram em outubro e novembro de 2018, se a estrutura dos SP é insuficiente e se tal foi reportado à tutela. Colocou questões sobre a proteção de dados e sobre se estão salvaguardados em caso de colapso do sistema, sobre o orçamento dos SPMS e os gastos em formação externa, com os eventos que realizam, as viagens e conferências e as instalações.

O Deputado João Marques agradeceu a apresentação esclarecedora, considerando que um dos eixos de atuação do Governo é melhorar os cuidados de saúde e que esta apresentação prova que está a ser feito trabalho sério nesse sentido. Perguntou se as falhas e a lentidão estão relacionadas com o parque tecnológico, com a necessidade de substituição de equipamento ou com o esforço de modernização, se fazem parte da migração para novos sistemas, e ainda que impacto prático tiveram as falhas na prescrição.

O Deputado Moisés Ferreira agradeceu a apresentação, dizendo que os sistemas informáticos são o pesadelo de muitos profissionais. Perguntou se, estando identificados os problemas, há orçamento nos SPMS para os resolver, se as ARS têm meios para resolver os problemas locais e qual o grau de execução da estratégia nacional da saúde.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu também o trabalho efetuado e o esforço contínuo que fica plasmado na apresentação. Foi importante não terem branqueado a situação, pois todos conhecem os problemas graves, que têm reflexo no apoio assistencial, embora reconheça a complexidade do que está em causa. Uma vez que

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 150/XIII/ 4.ª SL

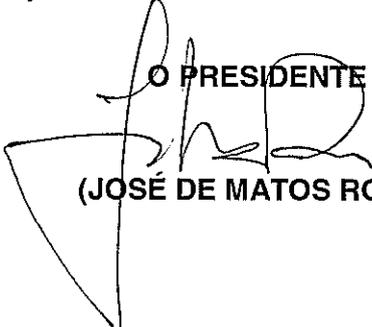
os problemas das falhas e lentidão afetam os utentes e os profissionais, pergunta quando pensam que poderão ser ultrapassados e resolvidas estas questões.

O Presidente da Comissão deu a palavra a Henrique Martins para responder, tendo este referido que se está a meio de uma transformação digital na saúde, num período transitório e que mudar as coisas cria dificuldades, mas hoje já existem 7 milhões de pessoas que tiveram receitas sem papel. Os sistemas locais em algumas zonas têm problemas e vai ser preciso investir mais. Considera que se está a fazer em 2018/2019 o que deveria ter acontecido em 2008. A inter operabilidade está a funcionar, por exemplo o RON está ligado a 7 sistemas operacionais, mas há ainda muito a melhorar. O agravamento verificado em outubro e novembro prende-se com a pressão adicional a que foi sujeito o sistema, pois estava a ser introduzida a assinatura digital. Quanto à garantia de proteção dos dados, não pode garantir absolutamente que todos os dados de saúde estão seguros, pois não é responsável por todos os sistemas, aliás ninguém pode prometer que não vão existir problemas, que não haverá um ciber ataque, por exemplo. A resposta é apostar na ciber segurança e formação nessa área, para que todos estejam mais preparados e protegidos. Falou ainda da autonomia gestonária dos SPMS, da importância dos eventos realizados, do grau de execução da estratégia que foi definida e do que falta concretizar.

Os Deputados Cristóvão Simão Ribeiro, João Marques, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz agradeceram todas as informações disponibilizadas, bem como o Presidente, que referiu ter ficado mais descansado no final desta audição, embora a questão da ciber segurança tenha que continuar a merecer o acompanhamento e a atenção de todos.

A reunião foi encerrada às 12:40 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo o vídeo/gravação ser acedido neste [link](#).

Palácio de São Bento, 23 janeiro 2019.


O PRESIDENTE
(JOSÉ DE MATOS ROSA)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 150/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Ana Oliveira
António Topa
Joana Lima

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luís Vales
Teresa Caeiro